



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Fotocópia de Processo

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: KANGO BRASIL LTDA		Protocolo: PRC2421837822
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada		
NIRE: 41205183879	CNPJ: 06132258000128	Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada
		Último Arquivamento Número: Data: 16/11/2011
Arquivamentos solicitado:		
Número:	Data:	Ato:
20114013179	16/11/2011	ALTERAÇÃO

Esta certidão foi emitida pela Junta Comercial em 19/07/2024, às 13:55:24 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **TRLHGHNG**.
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

I - MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro mecânico, empresário, residente e domiciliado em Curitiba – PR na Rua Rosa Kaint Naldony, 190 – Apto 601 – CEP 81200-290, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.531.219-2-II/PR e do CPF (MF) nº 961.466.809-15;

II – MARIZA MEDEIROS, brasileira, casada em regime de comunhão total de bens, residente e domiciliado em Curitiba – PR à Av. República Argentina nº 760, Apto 902, portadora da Cédula de Identidade nº 6.414.960/1 -II/PR e do CPF (MF) nº 633.303.429-00;

Sócios da Sociedade Empresária Limitada KANGO BRASIL LTDA com sede e forro em Curitiba – PR à Rua Comendador Araujo nº. 510 Conjunto 1704 CEP: 80.420-000, Centro Curitiba – PR, com Contrato Social Arquivado na MM Junta Comercial do Paraná sob nº **412.0518387-9** em sessão de 1º de março de 2004, inscrita no **CNPJ 06.132.258/0001-28**, e mais quatro alterações de contrato social, sendo a última arquivada sob nº 2009178370-4 em sessão de 05/05/2009 resolvem por este instrumento e na melhor forma do direito, Alterar e Consolidar seu Contrato Social primitivo que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por este instrumento altera-se o endereço comercial que era na **Rua Comendador Araujo nº. 510, conjunto 1704**, passa a ser na **Rua Eduardo Sprada nº. 6400, bairro Cidade Industrial, CEP: 81.290.110, Curitiba – PR.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital Social que era de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), totalmente integralizados, passa a ser R\$ 3.000.000,00 (Três milhão de reais) dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) inteiramente subscritas e integralizadas neste ato, pelos sócios, em moeda corrente do país, com saldo da Conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2010.



CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social na importância R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais) divididos em 3.000.000 (três milhões) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada quota inteiramente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país. Ficando assim distribuídos entre os sócios:

SÓCIO	COTAS	%	R\$
MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA	1.500.000	50,00	1.500.000,00
MARIZA MEDEIROS	1.500.000	50,00	1.500.000,00
TOTAL	3.000.000	100,00	3.000.000,00

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do Art. 1.052, da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade continua sendo administrada pelos sócios **MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA e MARIZA MEDEIROS** na qualidade de Administradores, competindo-lhes privativa e isoladamente o uso da firma, a prática de todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento da sociedade, com poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, perante os órgãos públicos, entidades privadas e terceiros em geral, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, vender e onerar bens móveis irrestritamente, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive nomear procuradores em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir.

Parágrafo Primeiro - Em relação aos Administradores na representação perante Instituições financeiras, movimentar contas correntes bancárias, confessar dívidas, adquirir, vender e onerar bens imóveis, será exercida obrigatoriamente em conjunto.

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

Parágrafo Segundo - É expressamente vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, sendo também vedado ao Administrador a prestação de avais, endossos e fianças ou cações de favor em nome da sociedade, salvo em operações ou negócios de seu interesse.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade passar a ter por objeto social: **Comercialização, Montagem de Equipamentos em Geral e Mobiliários em Praças Desportivas, Serviço de Publicidade e Marketing, Design de Móveis, Projeto, Instalação, Consultoria empresarial, gestão e participação em outras empresas, Locação de Bens Móveis, Serviços de Engenharia e Edificações na Construção Civil, Arquitetura em Geral, Desenvolvimento de Projetos Arquitetônicos de Cobertura Tencionado, Confecção, Montagem, Instalação, Importação e Exportação de Cobertura Tencionadas Acabadas, semi-acabadas e respectivos insumos, Serviços de Impermeabilização, Gerenciamento de Projetos e Obras, Projetos de Engenharia Elétrica, Eletrônica e Eletrotécnica, Projetos de Edificações, de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Avaliação, Exploração de Estacionamento Rotativo em Perímetro Urbano por Concessão (Estar), Locação, Implantação, Manutenção de Sistema de Fiscalização Eletrônica (Radar).**

CLÁUSULA SÉTIMA: Em consonância as modificações, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, **ATUALIZAR E CONSOLIDAR** o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequando às disposições da Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28 NIRE 412.0518387-9

MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro mecânico, empresário, residente e domiciliado em Curitiba – PR na Rua Rosa Kaint Naldony, 190 - Apto 601 – CEP 81.200-290, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.531.219-2-II/PR e do CPF (MF) nº 961.466.809-15;
MARIZA MEDEIROS, brasileira, casada, em regime de comunhão total de bens, residente e domiciliado em Curitiba – PR à Av. República Argentina nº. 760, Apto 902, portadora da Cédula de Identidade nº 6.414.960/1 -II/PR e do CPF (MF) nº 633.303.429-00;




Sócios da Sociedade Empresária Limitada KANGO BRASIL LTDA, LTDA com sede e forro em Curitiba – PR à Rua Eduardo Sprada nº. 6400 bairro Cidade Industrial, CEP: 81.290.110, Curitiba – PR, com Contrato Social Arquivado na MM Junta Comercial do Paraná sob nº **412.0518387-9** em sessão de 1º de março de 2004, e mais quatro alterações de contrato social sendo a última registrada sob nº. 2009178370-4 em sessão de 05/05/2009 e inscrita no **CNPJ 06.132.258/0001-28**.

CAPITULO I – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade girará sob o nome empresarial de **KANGO BRASIL LTDA**, com sede e foro na Rua Eduardo Sprada nº. 6400 bairro Cidade Industrial, CEP: 81.290.110, Curitiba – PR.

Parágrafo Único – A Sociedade poderá a qualquer tempo, criar, extinguir ou transferir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social: **Comercialização, Montagem de Equipamentos em Geral e Mobiliários em Praças Desportivas, Serviço de Publicidade e Marketing, Design de Móveis, Projeto, Instalação, Consultoria empresarial, gestão e participação em outras empresas, Locação de Bens Móveis, Serviços de Engenharia e Edificações na Construção Civil, Arquitetura em Geral, Desenvolvimento de Projetos Arquitetônicos de Cobertura Tencionado, Confecção, Montagem, Instalação, Importação e Exportação de Cobertura Tencionadas Acabadas, semi-acabadas e respectivos insumos, Serviços de Impermeabilização, Gerenciamento de Projetos e Obras, Projetos de Engenharia Elétrica, Eletrônica e Eletrotécnica, Projetos de Edificações, de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Avaliação, Exploração de Estacionamento Rotativo em Perímetro Urbano por Concessão (Estar), Locação, Implantação, Manutenção de Sistema de Fiscalização Eletrônica (Radar).**

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 01 de março de 2.004.

CAPITULO II – CAPITAL SOCIAL:

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social inteiramente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente do país no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (Três milhões) de cotas, no valor de R\$ 1,00 (Hum real) cada, assim dividido entre os sócios:

SÓCIO	COTAS	%	R\$
MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA	1.500.000	50,00	1.500.000,00
MARIZA MEDEIROS	1.500.000	50,00	1.500.000,00
TOTAL	3000.000	100,00	3.000.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do Art. 1.052, da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis em relação a sociedade e não poderão ser cedidas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título a terceiros, sem o consentimento unânime dos sócios. Se as quotas forem postas à venda, fica assegurado ao(s) outro(s) sócio(s) em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, deverá notificar por escrito ao(s) outro(s) sócio(s), discriminando a quantidade de quotas postas a venda, o preço, forma e prazo de pagamento para que este(s) exerça(m) ou renuncie(m) ao direito de preferência, o que deverá acontecer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CAPITULO III – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL:

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada pelo sócio **MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA e MARIZA MEDEIROS** na qualidade de Administradores, competindo-lhes privativa e isoladamente o uso da firma, a prática de todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento da sociedade, com poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, perante os órgãos públicos, entidades privadas e terceiros em geral, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, vender e onerar bens móveis irrestritamente, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive nomear procuradores em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir.



Parágrafo Primeiro - Em relação aos Administradores na representação perante Instituições financeiras, movimentar contas correntes bancárias, confessar dívidas, adquirir, vender e onerar bens imóveis, será exercida obrigatoriamente em conjunto.

Parágrafo Segundo - É expressamente vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, sendo também vedado ao Administrador a prestação de avais, endossos e fianças ou cauções de favor em nome da sociedade, salvo em operações ou negócios de seu interesse.

CLÁUSULA OITAVA: Os sócios poderão, em comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CAPITULO IV – DISSOLUÇÃO, SUCESSÃO, RETIRADA E REEMBOLSO:

CLÁUSULA NONA: A Sociedade não se dissolverá em caso de falência, insolvência, incapacidade ou retirada de qualquer sócio quotista, podendo tal dissolução ocorrer somente por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei.

  3

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo a dissolução da Sociedade por força de lei ou por deliberação dos sócios, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo, caso em que o remanescente do patrimônio social será distribuído entre os sócios, na proporção de suas participações no Capital Social.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de morte, falência, insolvência ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou não existindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescentes(s), as quotas pertencentes a tais sócios serão resgatadas pela Sociedade, pelo seu valor de Patrimônio Líquido a ser apurado de acordo com Balanço Patrimonial a ser especialmente levantado para este fim, dentro de 90 (noventa) dias contados de data do evento. O valor de resgate de tais quotas será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data em que for aprovado o referido Balanço Patrimonial Especial.

Parágrafo Terceiro – Fica, entretanto facultado, mediante entendimento entre a Sociedade e os herdeiros, o estabelecimento de outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da Sociedade.

Parágrafo Quarto – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ressalvado o disposto no art. 1.030 da Lei n.º 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Primeiro - Para efeito do disposto nesta cláusula, considera-se JUSTA CAUSA:

- A divulgação ou revelação de segredos ou estratégias empresariais a concorrentes, ou mesmo a terceiros que, indiretamente, possam valer-se do conhecimento de tais informações, independentemente da efetiva utilização de tais informações privilegiadas;
- A informação prestada a terceiros da situação econômica - financeira da sociedade, em relação a dados que não foram objeto de divulgação pela mesma;
- O estabelecimento individual, ou como sócio de sociedade empresária, em atividade idêntica ao objeto social desta, mesmo que sendo a atividade irregular ou de fato;

Parágrafo Segundo - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião (ou assembléia) especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro - Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado na forma prevista na cláusula nona, deste contrato.

CAPITULO V – DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Dependem de deliberações dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

- a aprovação das contas da administração;
- a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- a destituição dos administradores;
- o modo de sua remuneração;
- a modificação do contrato social;
- a cisão, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- a nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
- o pedido de concordata;
- a transformação da sociedade;
- outros assuntos de interesse social.

Parágrafo Primeiro – A cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

Parágrafo Segundo – As deliberações sociais que resultem na alteração dos termos deste Contrato Social dependem da aprovação unânime dos sócios quotistas, vedada a deliberação majoritária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios por unanimidade, deliberam por não constituir conselho fiscal.

CAPITULO VI – REUNIÃO DOS SÓCIOS:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais que versarem sobre matérias elencadas na cláusula décima e demais temas em que a lei formalmente exigir, serão realizadas em documento que explicita a deliberação, assinado pela totalidade dos sócios, consoante proposição prescritiva inserta no artigo 1.072, parágrafo terceiro, da Lei 10.406/02.

Parágrafo Único – Na impossibilidade das deliberações sociais materializarem-se na forma do § 3º, do artigo 1.072 do Código Civil, disposta no “caput” dessa cláusula, essas serão tomadas em reunião de sócios, que obedecerá as seguintes regras:

- A realização da reunião de sócios deverá ocorrer ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano, devendo haver deliberação sobre matérias legalmente obrigatórias e sobre quaisquer temas a serem incluídos em pauta de votação, obedecendo a ordem do dia.
- A convocação para reunião de sócios será efetuada pelos administradores, sócios ou por pessoas por esses designadas para esse fim, sendo necessário o envio de Carta Convocação contendo a data de realização, local, hora e ordem do dia, que deverá ser assinada pelos sócios. Na impossibilidade de envio ou operacionalização da Carta Convocação, a convocação será realizada com aviso de recebimento, com idêntico conteúdo e mesmo efeitos.
- As deliberações tomadas em reunião de sócios serão registradas em ata redigida pelo secretário, assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, e arquivada na MM Junta Comercial do Estado do Paraná nos vinte dias subsequente à reunião, mas, para produzir seus efeitos legais, as modificações do contrato “deliberadas em reunião” devem ser, ainda, formalizadas em instrumento de alteração contratual.

CAPITULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se no dia 1º (Primeiro) de Janeiro e terminando no dia 31 (Trinta e um) de Dezembro, coincidindo com o Ano civil, devendo o(s) administrador(es) prestar(em) constas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, na proporção de suas quotas, os lucros e perdas apurados, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo único – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais intermediários, em períodos inferiores a um ano, e os lucros apurados nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios quotistas, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei 10.406/02.

CAPITULO VIII – JULGAMENTO DAS CONTAS:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CAPITULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima, conforme faculta o § único do art. 1.053 da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os Administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por

KANGO BRASIL LTDA.
CNPJ 06.132.258/0001-28
NIRE 412.0518387-9

Quinta Alteração de Contrato Social e Consolidação

crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

CAPITULO X – FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/PR., para o exercício do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em cinco vias de igual teor e forma, que se obrigam por si só e seus herdeiros cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.


Curitiba, 27 de Outubro de 2011.


MARIO CELSO KEINERT PETRAGLIA


MARIZA MEDEIROS


Testemunhas:


CARLOS KENNEDY RIZZI
C.I. 4.003.322-0-II/PR


ROGENEY DOS SANTOS
C.I. 6.597.814-8-II/PR

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL ELABORADA PELOS SOCIOS:


Reconheço a(s) firma(s) de:
16E911a21-MARIO CELSO KEINERT.....
PETRAGLIA.....
16E94XR21-MARIZA MEDEIROS.....
por SEMELHANÇA:
Em testemunho da verdade.
CURITIBA, 29 de Outubro de 2011
093-GESSICA PEREIRA DA CRUZ
ESCRIVENTE
Valido somente com selo de autenticidade


JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/11/2011
SOB NÚMERO: 20114013179
Protocolo: 11/401317-9, DE 03/11/2011
Empresa: 41 2 0518387 9
KANGO BRASIL LTDA
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL